

ID 146

Glossário de Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) para Magistrados e Operadores do Direito

Eixo temático: Impactos sociais da ATS

Ana Luiza Cabrera Martimbianco, Carolina de Oliveira Cruz Latorraca, Isabela Porto de Toledo, Verônica Colpani, Rafael Leite Pacheco, Roberta Borges Silva, Rachel Riera.

Estudo com seres humanos/protocolo CEP: Não

Introdução: A tradução do conhecimento científico é um processo que envolve a intercambialidade de informações entre todas as partes envolvidas nas práticas e nas políticas de saúde. No âmbito da judicialização em saúde, termos médicos e científicos estão frequentemente presentes nos autos e nos documentos considerados pelos magistrados para apoiar a decisão em um caso específico. Sendo assim, o objetivo deste estudo é apresentar o processo de desenvolvimento e os resultados preliminares de um glossário abrangente de termos científicos presentes em demandas judiciais e notas técnicas relacionadas à saúde, fornecendo definições claras e concisas para auxiliar magistrados, operadores do direito e membros dos Núcleos de Apoio ao Judiciário (NatJus) na compreensão de conceitos utilizados nas pesquisas em saúde.

Método: Este projeto foi conduzido pelo Nats/NEv do Hospital Sírio-Libanês, como entrega do projeto “Apoio técnico-científico à tomada de decisão judicial em Saúde no Brasil”, desenvolvido no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), triênio 2024-26. A proposta para o desenvolvimento do glossário seguiu as etapas da metodologia de Design Thinking: empatia (conhecer as necessidades e as perspectivas do público-alvo), definição da questão (identificação de lacunas na compreensão dos termos médicos e científicos nas notas técnicas e demandas judiciais), ideação (análise quanto à pertinência dos termos sugeridos), prototipagem (desenvolvimento da versão-piloto do glossário), reavaliação (avaliação da aplicabilidade prática pelos usuários), implementação e melhoria contínua. A elaboração do glossário também seguiu os itens relacionados ao desenvolvimento de ferramentas da checklist Cosmin (COnsensus-based Standards for the selection of health Measurement INstruments).

Resultados: Oitenta e quatro magistrados, operadores do direito e membros dos NatJus preencheram um formulário online, com questões relacionadas ao formato de apresentação do glossário e à indicação livre de termos. A maioria dos respondentes (61%) optaram pela organização dos termos em ordem alfabética e por grupos temáticos; 63% preferem que os termos sejam descritos de forma sucinta, mas com a inclusão de exemplos e links para mais informações. Os termos indicados, considerados relevantes e condizentes com a proposta do glossário, foram analisados e selecionados para inclusão. Os termos mais frequentes foram: análise de impacto orçamentário, avaliação de tecnologias em saúde, avaliação econômica, custo-efetividade, custo-benefício, ensaio clínico randomizado, GRADE, intervalo de confiança de 95%, qualidade de vida ajustada por anos (QALY), real-world evidence, revisão sistemática, risco relativo, entre outros. As definições de cada termo foram estabelecidas e o protótipo do glossário foi enviado a dois magistrados e dois membros do NatJus para reavaliação. A versão final do glossário será disponibilizada em formato digital e será atualizado periodicamente.

Conclusão: O glossário de termos técnico-científicos sobre ATS foi projetado para facilitar a compreensão e a interpretação de processos judiciais relacionados à saúde. Espera-se que o glossário possa preencher lacunas do conhecimento e familiarizar os magistrados, operadores do direito e membros dos NatJus com o vocabulário e os conceitos utilizados nas pesquisas científicas em saúde, contribuindo dessa forma para a tomada de decisões judiciais mais fundamentadas e justas.

Palavras-chaves: judicialização da saúde; tradução do conhecimento; glossário; Avaliação de Tecnologias em Saúde.

Financiamento: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), Ministério da Saúde, NUP: 25000.175715/2023-41.